

Recomendações do encontro dos arquitetos paisagistas

Durante três dias, de 25 a 27 do mês passado, mais de 200 especialistas, representando 25 países, estiveram participando do XVI Congresso Internacional de Arquitetos Paisagistas, realizado em Salvador, começando com uma denúncia do paisagista Roberto Burle Marx, de que o Brasil poderá tornar-se um imenso deserto, caso as autoridades não consigam sustar a ação das multinacionais que, segundo ele, "progressivamente devastam as reservas florestais brasileiras".

Na opinião do arq. Maurício Roberto, que abordou o tema "Amenização Paisagística e a Moradia de Baixo Custo", o paisagismo não deve ser simplesmente uma complementação, mas a integração da natureza com a urbanização, devendo os projetos paisagísticos nascerem juntos com a formação das cidades.

Outra advertência contra a devastação de áreas verdes nos centros urbanos foi feita pelo arq. Wilson Andrade, da Bahia, ao apresentar seu trabalho sobre "Problemas Paisagísticos de Salvador", afirmando que as intervenções na paisagem urbana da cidade começaram de forma violenta no fim do século XIX, e continuaram, até provocar a alteração sofrida pela praça municipal e implantação do Centro Administrativo, Centro Industrial de Aratu. A partir do surgimento dos pólos industriais, vem ocorrendo, com frequência, o êxodo para a capital, ensejando a formação de aglomerados urbanos subnormais, como Alagados, Nordeste de Amaralina, São Cristóvão, entre outros.

"Com seus equipamentos tradicionais — disse Wilson Andrade —, Salvador assume uma sobrecarga adicional, sem a infra-estrutura necessária para suportar tais impactos. Em consequência do uso do solo, de certo modo irracional nas áreas de habitação, trabalho e lazer e no espaço destinado à circulação, a cidade vive suas grandes dificuldades.

RECOMENDAÇÕES

Divididas em duas categorias, as recomendações do XVI Congresso Internacional de Arquitetos Paisagistas resumem-se em: 1) evitar o crescimento incontrolado dos assentamentos urbanos espontâneos



Burle
Marx

— planejamento para o futuro, e 2) melhorar a qualidade de vida nos assentamentos espontâneos existentes.

No primeiro caso as recomendações salientam a necessidade de se adotar as seguintes medidas:

a) Evitar que as cidades atraiam a emigração rural, principal responsável pelo crescimento desordenado dos assentamentos urbanos; programas de desenvolvimento regional deverão ser elaborados a fim de criar boas condições de vida nas áreas de emigração. O capital deve ser investido com o melhor aproveitamento para promover o desenvolvimento sócio-econômico dessas áreas, desenvolvimento este que deve estar baseado na cultura genuína de sua população, que deve ser preservada e desenvolvida.

b) Para implementar esses programas, serão elaborados planos diretores em escala regional aplicados a estas regiões independentemente de limites administrativos, sempre que possível. Para definir claramente áreas reservadas para agricultura e florestas, habitações e zonas industriais, serão elaborados projetos por equipes interdisciplinares incluindo o arquiteto paisagista desde o início. Todos os planos e programas deverão ser desenvolvidos em estreita colaboração com a população local.

c) Considerando-se que os projetos governamentais podem trazer consequências não previstas sobre as estruturas geofísicas e sociais da paisagem, reco-

menda-se que estudos de impacto ambientais precedam sempre as tomadas de decisões.

Quanto ao segundo caso, as recomendações são as seguintes:

a) Para evitar a penetração da expansão urbana nas áreas rurais, é necessário promover a criação de largos cinturões verdes, que permitam a instalação de parques e equipamentos recreacionais, atendendo às necessidades da população urbana. Estes cinturões verdes devem estar totalmente integrados no sistema de áreas verdes urbano. A implementação de tais programas requer um planejamento paisagístico adequado, baseado no profundo conhecimento de cultura popular local, hábitos e costumes, assim como das condições ecológicas. Tais programas devem levar em conta também a manutenção paisagística destas áreas suburbanas.

b) Para sustar a penetração na área rural é essencial a preparação de planos diretores com autoridade de intervenção. A consulta à população é indispensável para se obter o seu apoio e cooperação. As pessoas precisam de liberdade e flexibilidade para participar da criação dos espaços de seu próprio ambiente.

c) Planejamento dinâmico e permanente, permitindo a revisão de planos para reestruturar áreas globais de assentamentos espontâneos, procurando atingir os melhores padrões possíveis.

d) Levantamento do assentamento para indicar os espaços degradados que requerem urgente definição. Este processo deve marcar os novos corredores destinados às comunicações e ao sistema dos espaços livres na área definida.

e) Os programas de remanejamento e restauração deverão basear-se nas limitações físicas da paisagem, levando-se em conta as suas considerações sócio-econômicas.

f) Como solução temporária, dar equipamento básico: água, saneamento, eletricidade, pavimentação. O arquiteto-paisagista deve propor espaços livres, áreas de recreação e locais comunitários arborizados, sempre que possível. Esses espaços abertos devem ser desenhados para suportar o vandalismo e seu uso intensivo. ●